

A saúde do profissional e as condições de trabalho

Uma conversa com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, **Roberto Franklin de Leão**¹, a presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, **Dalila Andrade Oliveira**² e a secretária municipal de educação de Goiânia, **Neyde Aparecida**³, põe em relevo o tema desta edição.

Com sua larga experiência e representatividade à frente da luta por melhores condições de trabalho aos profissionais da educação, eles nos falam dos avanços, dos retrocessos e perspectivas para aperfeiçoar a valorização do trabalhador e das doenças profissionais que afetam a categoria, as soluções e alternativas que vislumbram para dar novos estímulos para que esse profissional desenvolva a contento o papel do educador, nesta entrevista ao editor de *Retratos da Escola*, Luiz Fernandes Dourado.

Quais os desdobramentos da reestruturação produtiva nos processos de trabalho dos profissionais da educação?

“Sem salário digno e carreira que preze a qualificação profissional, a dedicação exclusiva a uma só escola e a saúde física e mental, dificilmente se valorizará adequadamente os educadores públicos.”

(Roberto Franklin de Leão)

Roberto Leão - Acompanhar o intenso processo de reestruturação dos meios produtivos e das relações sociais não tem sido tarefa fácil. A quantidade e a velocidade das informações prejudicam a reflexão. Informar passou a ser mais importante do que pensar, avaliar e agir racionalmente. Banalização da violência e individualismo são produtos do processo, que interessa a quem controla o modo de produção e que, com a democratização do acesso à escola, passou a agir em outras frentes contra a aquisição de conhecimento e organização das massas – alicerces para qualquer revolução. A tese sobre o anacronismo nos sistemas públicos, que conjuga estudantes do século 21 em escolas com estruturas do século 19 e professores formados no século 20, também é comungada pela CNTE, que tem proposto políticas para superar esses paradoxos. Há que investir maciçamente na formação inicial e continuada, o que envolve não só equipamentos físicos, infraestrutura e softwares pedagógicos, como um olhar especial para a valorização social da profissão. Sem salário digno e carreira que preze a qualificação profissional, a dedicação exclusiva a uma só escola e a saúde física e mental, dificilmente se valorizará adequadamente os educadores públicos.

Dalila Andrade - A exigência de maior escolarização para os trabalhadores em geral, como meio de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, levou a uma centralidade na educação básica regular nas políticas educacionais dos anos 1990 no País.

O discurso em torno da empregabilidade (termo bastante usado no Brasil, nos meios empresariais) trouxe para a expectativa de contribuir na formação de profissionais flexíveis, polivalentes, plurifuncionais, de acordo com novos padrões de qualificação. Por um lado, era exigido do profissional docente que contribuísse em uma formação básica geral e sólida, com a capacidade de responder com seu trabalho às demandas de formação dos profissionais adequados às exigências do mercado; por outro, era esperado que os professores também atuassem sobre o próprio trabalho, para modernizar as práticas e absorver novas tecnologias de ensino, avaliação, planejamento e gestão. O trabalho do professor se encontra marcado pela busca de autonomia, com as restrições impostas pelas políticas educacionais e as relações de poder no cotidiano escolar.

Neyde Aparecida - Os desdobramentos podem ser evidenciados no impacto do trabalho sobre a saúde do profissional da educação, como por exemplo, aumento das licenças médicas relacionadas às enfermidades mentais (estresse, síndrome de *burnout*, presentismo, absenteísmo, conflitos interpessoais) e outras patologias como problemas posturais e alergias dermatológicas e respiratórias.

Qual a relação entre as condições de trabalho e a saúde do trabalhador? Quais os avanços, limites e desafios dos profissionais da educação básica nos últimos anos?

Dalila Andrade - Estudos e pesquisas têm indicado que as reformas educacionais das últimas décadas têm repercutido sobre a organização escolar, provocando uma reestruturação do trabalho docente, com efeitos diretos no modo de execução das atividades, o que repercute na saúde dos profissionais. O termo *condições de trabalho* envolve instalações físicas, materiais e insumos disponíveis, equipamentos e meios de realização das atividades, mas diz respeito também às relações de trabalho e de emprego. As formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade também têm efeitos sobre o bem estar dos trabalhadores, ou seja, a exposição aos riscos de adoecimento e os níveis de segurança nos ambientes ocupacionais influenciam diretamente a vida dos sujeitos. Nos escritos de Marx, observa-se que o conceito de condições de trabalho está intimamente vinculado às condições de vida dos trabalhadores. Se consideramos que os profissionais da educação básica no Brasil apresentam nível salarial muito baixo, que, apesar da legislação, ainda persistem em muitos estados e municípios, com professores contratados por tempo determinado e sem perspectiva de carreira, os desafios são muitos para garantir um patamar mínimo de saúde e segurança no trabalho docente.

Neyde Aparecida - As mudanças no mundo do trabalho têm alterado significativamente o processo de educação e a saúde dos trabalhadores, sobretudo porque a

“O termo condições de trabalho envolve instalações físicas, materiais e insumos disponíveis, equipamentos e meios de realização das atividades, mas diz respeito também às relações de trabalho e de emprego.”

(Dalila Andrade)

“A realidade aponta para um número elevado de professores da educação básica com jornada de trabalho superior a 40 horas semanais e reflexos negativos para o processo ensino-aprendizagem.”
(Neyde Aparecida)

educação implica, necessariamente, a relação com o outro. A atuação do profissional da educação requer, além dos conhecimentos específicos, autodomínio, capacidade de administrar conflitos, tempo para estudo, planejamento e atualização permanentes. Mas a realidade aponta para um número elevado de professores da educação básica com jornada de trabalho superior a 40 horas semanais e reflexos negativos para o processo ensino-aprendizagem. A intensa jornada, a preocupação com o salário, a busca por ascensão na carreira, os ruídos na sala, espaços inadequados são fatores que podem contribuir para o estresse ocupacional e levar ao desenvolvimento de alguma doença. Mas podemos contabilizar alguns avanços na política de valorização dos profissionais da educação no município de Goiânia, com a execução do plano de carreira dos profissionais do magistério, aplicação do piso salarial da categoria 7,3% acima do estabelecido pelo MEC, licença remunerada para aprimoramento profissional e garantia de 1/3 da carga horária para hora-atividade, destinada a planejamento, estudo e formação continuada, um importante momento de aperfeiçoamento docente na medida em que contribui para aumentar o nível de competência e motivação dos profissionais. O grande desafio para trabalhadores da educação básica e para gestores dos sistemas de educação é a melhoria da qualidade da educação pública.

Roberto Leão - As pesquisas sobre saúde dos/as trabalhadores/as em educação pela CNTE, entre os anos 1990 e 2000, revelaram uma relação quase indissociável entre condições de trabalho (e segurança nas escolas) e saúde do/a trabalhador/a. A *síndrome de burnout* – perda do entusiasmo pela profissão e a principal porta de entrada para a depressão – avançava veloz e consistentemente sobre a categoria. Hoje é difícil não ver, em qualquer escola pública, um número considerável de profissionais se automedicando com ansiolíticos. O poder público precisa reconhecer as doenças afetas à profissão dos/as educadores/as das escolas públicas, a fim de tratá-los/as com urgência e dignidade, e não ficar agravando ainda mais a situação, acusando os/as trabalhadores/as de serem pouco assíduos e responsáveis diretos pelos eventuais “fracassos” do estudante na avaliação estandardizada. Há um tipo de ataque do poder público que tem por objetivo escamotear e postergar a solução de um problema crônico, pouco explorado pela mídia, universidades e outros segmentos, exceto pelos sindicatos, que não cansam de fazer a denúncia sobre a saúde dos/as trabalhadores/as, porém são tratados pejorativamente como corporativos. Detectadas as doenças profissionais, é preciso descobrir suas origens, eliminar os agentes causadores e tratar continuamente os acometidos. A CNTE não tem dúvida de que, investindo na jornada de trabalho do professor e dos funcionários, dedicando tempo à hora-atividade e à elaboração e acompanhamento do projeto político pedagógico da escola, envolvendo a comunidade nas decisões em ampla gestão democrática, valorizando os/as trabalhadores/as e fornecendo suporte para pronto atendimento a todas as necessidades aos envolvidos no processo educacional, muitos dos males tendem a diminuir no curto prazo.

A instituição do Sistema Nacional de Educação contribuirá para a valorização dos profissionais da educação? De que forma?

Neyde Aparecida - A ideia de um sistema nacional de educação só pode ser consolidada como produto da capacidade humana de agir intencionalmente segundo objetivos previamente formulados. Ele expressa e revela todo um complexo jurídico e institucional que concebe o sistema educacional como resultado da educação sistematizada. O foco de trabalho do SNE é a qualidade na educação pública como bem comum, como instância normativa e deliberativa de caráter de Estado e não de governo, garantindo a continuidade na proposição das ações e discussões. A finalidade última de um SNE é pensar o currículo, as políticas e a gestão do ensino, com ações em rede que considerem a sistematicidade, organicidade e continuidade das propostas, para garantir o direito à educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos. E, também, permitindo que estados, municípios e universidades repensem a formação inicial e continuada a partir daquilo que, de fato, é essencial, compreendendo a educação no sentido ampliado. Será exigida dos entes federados a sinergia de projetos e propostas, com foco no processo de ensino e aprendizagem, redefinindo a identidade e o papel dos docentes – e sua formação e valorização como pauta nacional, com projetos e políticas que primem pela qualidade. Por intermédio da Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação, traçando diretrizes gerais para fortalecer o sistema e garantir que todos cumpram o pagamento de um piso salarial nacional mínimo.

Roberto Leão - O principal objetivo do Sistema Nacional de Educação consiste em garantir a oferta pública educacional de qualidade e com equidade em todo o País. A escola pública e seus profissionais precisam receber, indistintamente, investimentos equivalentes, não importando em qual território estejam localizados, à luz dos costumes e necessidades típicas de cada região. É preciso garantir um subsistema de formação para professores e funcionários da educação, a fim de que todos sejam de fato profissionalizados, devidamente habilitados para exercer funções que lhes são atribuídas na escola. Segundo, a noção de valorização profissional precisa ganhar mais uniformidade e o piso salarial nacional do magistério foi o precursor desse desafio, devendo ser estendido aos funcionários e às carreiras profissionais de todo o País, observando-se a composição da jornada (intra e extraclasse dos professores), as condições de trabalho e os cuidados com a saúde dos/as trabalhadores/as escolares.

Dalila Andrade - É o que esperamos, pois o termo valorização docente designa um conjunto de condições que envolvem a formação inicial e continuada; as condições de trabalho e carreira e a remuneração dos profissionais da educação. Essas condições ainda não estão asseguradas nos patamares desejáveis (e necessários) à maioria dos profissionais. Cerca de 25% dos docentes que atuam na educação básica ainda não possuem habilitação em nível superior, a maioria recebe até três salários mínimos e

muitos ainda são contratados de forma precária. Como o Brasil está organizado em um sistema federativo, em que as competências e responsabilidades são distribuídas entre os entes federados, dificulta a garantia de padrões isonômicos para os profissionais da educação básica. A instituição legal e de fato de um SNE pode contribuir na correção dos desequilíbrios observados na realidade educacional brasileira no que se refere à valorização dos profissionais da educação.

Quais são as diretrizes e perspectivas no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação, que tramita no Congresso Nacional, para a valorização dos profissionais da educação? Em que medida essas metas e estratégias vão impactar o trabalho docente?

Roberto Leão - As metas 15 a 20 do projeto de PNE abordam diretamente temas inerentes à valorização dos profissionais da educação – não apenas o magistério. A meta 15, que já sofreu alteração preliminar no Senado, contempla a formação inicial de todos os profissionais (professores e funcionários). A meta 16 é bastante ousada em prever a oferta de pós-graduação a 50% dos docentes das redes de ensino básico. A 17 busca promover o valor social do magistério, além de resgatar uma dívida histórica com essa categoria, pretendendo equiparar a remuneração média dos/as professores/as com a de outras categorias profissionais com mesmo nível de escolaridade. A meta 18 reconhece a importância dos planos de carreira para professores e funcionários, e no caso desses últimos, compromete-se em regulamentar o piso salarial nacional previsto no art. 206, VIII da Constituição, bem como realizar censo profissional para obter mais informações desse importante segmento de nossa categoria para fins de elaboração de novas políticas públicas que reprimam os processos históricos de terceirização, de desprofissionalização e de desvalorização que tanto maculam esses trabalhadores e que interferem na qualidade da educação. A meta 19 trata da gestão democrática, porém numa abordagem insuficiente e que precisa ser melhorada pelo Senado. Já a meta 20 expressa a necessidade de o país investir o equivalente a 10% de seu Produto Interno Bruto na educação pública, até o final da próxima década, com o propósito de se implantar o Custo Aluno Qualidade, que também aborda a valorização dos profissionais da educação. Para a concretização dessa meta, os/as trabalhadores/as em educação estão empenhados em garantir os recursos dos royalties do petróleo para a educação.

Dalila Andrade - A tramitação do PL 8.035, de 2010 na Câmara dos Deputados e do PLC 103, de 2012 tem propiciado o debate sobre a valorização dos profissionais da educação. O PL original trazia quatro metas sobre o tema: Meta 15: Formação dos Profissionais do Magistério (nível superior); Meta 16: Formação dos Profissionais do Magistério em nível de pós-graduação e formação continuada; Meta 17: Valorização Salarial

do Magistério Público; Meta 18: Plano de Carreira para Profissionais do Magistério. O PL 8.035, de 2010 foi o projeto de lei que maior número de emendas recebeu na história do Congresso Nacional, com 2.915 na primeira e 406 na segunda rodada. Nas emendas da primeira rodada, 296 foram referentes a essas quatro metas, que compreenderam 13,08% do conjunto das emendas apresentadas ao PL 8.035, de 2010 na primeira rodada de tramitação. Somente a meta 15 recebeu 196 emendas, o que revela como o tema da formação docente é central e polêmico na discussão da valorização. É ainda mais relevante se consideramos que a Meta 16 recebeu 61 emendas e que se refere também à formação dos profissionais do magistério em nível de pós-graduação e continuada. A Meta 18, que se refere diretamente aos planos de carreira recebeu 67 emendas e a meta 17 recebeu 56 emendas. O número de emendas às quatro metas mostra quão aquecido se encontra o debate, pois é muito baixo o patamar na formação, condições de trabalho, remuneração e carreira docentes, face às exigências da educação brasileira.

Neyde Aparecida - Uma das premissas do PNE refere-se à “excelência na formação e na valorização dos profissionais da educação”. O conjunto da proposta prevê metas e estratégias articuladas a fim de garantir a melhoria da qualidade do ensino. No interior do documento, a valorização dos profissionais da educação passa por diferentes perspectivas: promoção da formação inicial que atenda ao perfil docente e as exigências dos níveis, etapas e modalidades de ensino; articulação entre os índices do Ideb e a valorização dos profissionais; ampliação da perspectiva da formação em instituições públicas; exigência da formação superior; implementação de projetos de iniciação à docência como forma de incentivar e aproximar a formação continuada com a realidade das instituições e da docência; perspectiva de elaboração de um plano nacional de formação; o incentivo à formação lato e stricto sensu, bem como todo um debate em torno dos planos de carreira. Tem-se ainda o aumento da destinação de percentuais do PIB para educação, investimento que deve sanar distorções salariais frente a outras categorias profissionais e ao mesmo tempo atrair novos profissionais para as licenciaturas. Poderá criar condições para elevar o padrão de qualidade educacional com a criação e implementação do custo-aluno-qualidade (CAQi), principal indicador referencial ao financiamento da educação pública, adotado pela Conferência Nacional de Educação (Conae, de 2011).

“O número de emendas às quatro metas mostra quão aquecido se encontra o debate, pois é muito baixo o patamar na formação, condições de trabalho, remuneração e carreira docentes.”

(Dalila Andrade)

Qual a importância dos planos de carreira e do piso salarial para a melhoria das condições objetivas de trabalho dos profissionais da educação básica?

Dalila Andrade - Os planos de carreira e a instituição do piso salarial, ainda que não venha sendo cumprido integralmente pelo conjunto dos municípios e estados brasileiros, representam maior estabilidade, segurança no trabalho, expectativa

de promoção e, portanto, promessa de futuro. A Resolução 2, de 2009, do Conselho Nacional de Educação, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração para os Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública e a Lei 11.738, de 2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica são importantes conquistas, mas ainda falta muito para se tornarem realidade para todos.

Neyde Aparecida - A educação de qualidade exige instrumentos de políticas públicas para chegar a novos parâmetros. Melhorar as condições de trabalho dos profissionais da educação básica exige a criação e implementação de Estatuto e Plano de Carreira que os incentive a continuar motivados e empenhados no ofício de atender, acompanhar e formar educandos, com melhor infraestrutura física, recursos e equipes coesas e comprometidas para solucionar os problemas no ambiente escolar. O piso salarial nacional é uma conquista que, além de corrigir distorções regionais, contribuirá para valorizar a carreira do magistério e será um estímulo para os novos profissionais. A remuneração dos professores é um desafio para a política educacional, desde a instituição da primeira lei sobre educação no Brasil, em 15 de outubro de 1827, seguida por marcos históricos como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em que se vislumbrava nova concepção da área, na década de 1930, o lançamento da Campanha em Defesa da Escola Pública, em 1950, as conferências brasileiras de educação, nos anos 1980; até a formulação do salário-médio para corrigir disparidades regionais, na gestão FHC. O piso, de 2008, supre a necessidade de atendimento às normas e exigências da LDB, da lei que regulamenta o Fundeb, e da Lei do Piso Salarial. Em 2009, foi estabelecida a Resolução das Novas Diretrizes Nacionais de Carreira, do CNE/CEB. O avanço das novas diretrizes está na construção dos planos de carreira e na unificação da remuneração dos trabalhadores. Além disso, há a prerrogativa do piso como referência mínima para o vencimento inicial e a observação do custo-aluno-qualidade, para a recuperação e valorização salarial, superando regras que definiam o vencimento médio para o professor do ensino fundamental.

Roberto Leão - As duas políticas tentam resgatar o valor social de uma profissão que já sofre déficits de profissionais em áreas como matemática, física, química, línguas estrangeiras e artes. A juventude não se sente mais atraída para a profissão, o que se deve muito aos baixos salários, à falta de perspectiva na carreira e às condições de trabalho. Os profissionais que permanecem nas escolas também precisam de mais reconhecimento e cuidado para desempenhar com qualidade seu trabalho. O piso e a carreira são políticas indissociáveis da valorização profissional do magistério e dos funcionários, ao lado da formação inicial e continuada. Na condição de representante dos trabalhadores em educação, a CNTE elegeu esse tripé de políticas públicas que deve se articular com o currículo, a gestão democrática e o financiamento para valorizar os profissionais da educação e promover a qualidade do ensino. Hoje,

muitos profissionais da educação ainda não conseguem ter acesso a bens culturais, literários, de mídia eletrônica e mesmo a serviços de prevenção a doenças físicas e psíquicas, geralmente pagos. Trata-se de uma categoria majoritariamente situada entre os extratos sociais C e D, com renda média em torno de R\$ 680 a R\$ 1.200, no caso dos funcionários de escola, e de R\$ 1.115 a R\$ 4.807, no caso dos professores (a referência é a tabela do IBGE).

Estudos e pesquisas sinalizam para a intensificação do trabalho dos profissionais da educação, gerando uma série de consequências à saúde. Qual a sua opinião sobre esse processo?

Neyde Aparecida - Os profissionais da educação, muitas vezes, realizam papéis de outros seguimentos sociais e uma das consequências é a sobrecarga de trabalho. Contudo, neste aspecto, há conquistas importantes que devem ser ressaltadas: tem-se a garantia da destinação de 1/3 da jornada de trabalho dedicada à hora-atividade de planejamento, prevista na Lei do Piso Salarial Profissional, limitando a 2/3 da jornada a interação com o aluno. O município de Goiânia há mais de 20 anos mantém este benefício na composição da carga horária dos professores.

Roberto Leão - A internet, as mudanças na célula familiar, o consumo e o tráfico de drogas dentro e nas imediações das escolas, a violência, enfim, são questões que afetam diretamente as relações escolares interpessoais e pedagógicas. A escola não é e nem poderia ser imune aos acontecimentos da vida social e, por isso, ela precisa ter condições para enfrentar os debates sobre os mais variados temas, sob o risco de, em não o fazendo, deixar de interferir de maneira positiva no comportamento dos estudantes ante a violência e o consumismo, por exemplo. A CNTE luta pela universalização da escola integral, com política pedagógica voltada para o envolvimento da comunidade a fim de que todos se sintam partícipes de um projeto maior, que tem a ver com o bem estar da sociedade. A televisão, o cinema, os games e tantos outros meios, utilizados para construir a visão individualista da sociedade capitalista, confrontam, a todo o momento, valores como solidariedade e outros, capazes de produzir lições de cidadania, de paz e de comprometimento com o bem estar social. É preciso intervir sobre esse processo através de novas tecnologias em prol dos conteúdos escolares.

Dalila Andrade - As mudanças no processo de trabalho docente estão baseadas em mais flexibilidade na organização escolar e autonomia dos docentes. Podemos observar a intensificação do trabalho docente com o aumento da jornada de trabalho, que pode ocorrer de diferentes maneiras, e o aumento considerável de responsabilidades e de novas funções dos docentes com as mudanças mais recentes na educação. Uma forma decorre da extensão da jornada de trabalho na própria escola, com

“Muitos profissionais da educação não conseguem ter acesso a bens culturais, literários, de mídia eletrônica e mesmo a serviços de prevenção a doenças físicas e psíquicas, geralmente pagos.”

(Roberto Franklin de Leão)

“Há conquistas importantes: a garantia da destinação de 1/3 da jornada de trabalho à hora-atividade de planejamento, prevista na Lei do Piso, limitando a 2/3 da jornada a interação com o aluno.”

(Neyde Aparecida)

aumento das horas e carga de trabalho sem qualquer remuneração extra. Outra dimensão, talvez a mais preocupante, é a que ocorre no interior da jornada remunerada, com estratégias mais sutis e menos visíveis de exploração. Os docentes vão incorporando novas funções e responsabilidades, premidos pela necessidade de responder às exigências dos órgãos do sistema, bem como da comunidade. Esta dimensão tem sido justificada pela incorporação de mais flexibilidade nas políticas educacionais, com desregulamentação, para prover a escola de mais liberdade administrativa.

Que políticas, programas e ações devem ser articulados para a garantia de melhores condições de trabalho, saúde e segurança aos profissionais na educação básica?

Roberto Leão - A CNTE não crê que alguma política que restrinja o caráter democrático e emancipador da escola seja boa para melhorar as condições de trabalho dos educadores, de aprendizagem dos estudantes e a própria segurança de todos que convivem no ambiente escolar. Daí a importância de aproximar a comunidade do entorno e de integrá-la ao projeto político pedagógico pela participação de pais e estudantes nos conselhos escolares, nas eleições de diretores, promovendo ações educativas que envolvam a escola à comunidade. A abertura da escola não se confunde com nenhuma espécie de “ronda” de pais durante os horários de aulas, como propõem alguns projetos Brasil afora, pois isso só ajudaria a inibir o desenvolvimento dos estudantes e a própria autonomia escolar. Paralelamente à gestão democrática, os poderes públicos precisam garantir todos os insumos à escola de qualidade, tendo como parâmetro os indicadores de custo-aluno-qualidade, aprovado na forma da Resolução nº 8, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Aliados à perspectiva de valorização da carreira, da formação, da aplicação da jornada de trabalho prevista na Lei do Piso e de uma estrutura de apoio à saúde dos profissionais da educação, são caminhos promissores para o enfrentamento dos problemas aqui tratados.

Dalila Andrade - Dada a grande diversidade de condições encontradas nas redes públicas de educação básica e que necessitam ser minimamente equilibradas para que possamos falar de uma escola republicana no Brasil e, ainda, a relativa autonomia que têm os estados e municípios para definir a organização de seus sistemas de ensino, parece-me que uma importante medida seria realizar mesas de negociação entre gestores municipais, estaduais e federal e os representantes dos profissionais da educação, para estabelecer políticas e ações acordadas entre as partes e que de fato possam ser respeitadas.

Neyde Aparecida - A Secretaria Municipal de Educação de Goiânia desenvolve uma política de valorização do profissional por meio da instituição de instrumentos que garantem a qualidade do ensino. O caminho são as diretrizes de carreira. Na

“Uma importante medida seria realizar mesas de negociação entre gestores municipais, estaduais e federal e os representantes dos profissionais da educação, para estabelecer políticas e ações acordadas entre as partes.”

(Dalila Andrade)

Capital goiana, a reelaboração das carreiras tem sido prioridade. As conquistas dos profissionais administrativos são grandes: reajuste salarial, substituição em caso de afastamento superior a 15 dias, recesso ao final do ano letivo e adicional para incentivar o aperfeiçoamento e a formação continuada. Em 2008, foi implantada a segurança no trabalho. As ações englobam treinamentos, avaliações dos ambientes, visitas técnicas diárias e a exigência da utilização dos equipamentos de proteção individuais (EPI), como luva látex, bota em PVC, aventais, luvas de procedimento, máscaras, além de calçados e óculos de segurança. Há também atenção aos cuidados com a voz e proposta para a substituição de quadros, para suspender o uso de giz. Em outra perspectiva, a SME Goiânia instituiu a Política Articulada de Educação da Paz (Epaz), para ampliar as estratégias de mediação de conflitos e resolutividade pacífica nos ambientes educacionais e promover a saúde e a qualidade de vida dos profissionais, de forma a aperfeiçoar as práticas pedagógicas, administrativas e relacionais.

Quais os principais problemas de saúde que acometem os profissionais da educação? Por quê?

Dalila Andrade - São muitas as queixas, sintomas e motivos de adoecimentos dos docentes. A literatura especializada tem apontado alta prevalência de estresse, problemas vocais e de varizes entre eles. Em recente *survey* realizado em sete estados do Brasil (MG, ES, GO, PR, SC, RN e PA), intitulado *Trabalho docente na Educação Básica no Brasil* (www.trabalhodocente.net.br), com 8.875 respondentes encontramos o seguinte quadro para os motivos de afastamento nos últimos 12 meses:

Nº	Motivo de Afastamento	Porcentagem dos respondentes
1	Processos inflamatórios das vias respiratórias (gripes, bronquite, sinusite, amigdalite, faringite)	17.4
	Depressão, ansiedade, nervosismo, síndrome do pânico	14.3
2	Estresse	11.7
3	Doenças musculoesqueléticas	11.7
4	Problemas de voz	10.4
6	Doenças psicossomáticas: gastrite, úlceras, etc.	4.7
7	Doenças cardiocirculatórias	3.6
8	Acidentes de trabalho	2.8
9	Violência o conflitos nas escolas	0.6

As razões são várias, mas certamente há correlação entre as condições desfavoráveis de trabalho e a presença de sintomas.

Neyde Aparecida - Os principais problemas, segundo dados das pesquisas realizadas e das licenças médicas concedidas, estão relacionados à saúde mental, como a *síndrome de burnout*, depressão, síndrome do pânico, transtorno bipolar e de ansiedade. Esses adoecimentos emocionais e mentais desdobram-se em problemas físicos como perda de voz, dor na coluna, problemas cardiovasculares e outras sintomatologias físicas, psíquicas, relacionais, comportamentais e mentais. Problemas que, muitas vezes, ocasionam licenças, presentismo, absenteísmo, substituições, readaptação de função, aposentadoria e conflitos interpessoais nos ambientes de trabalho. Esses problemas podem estar associados a diferentes variáveis, desde as relacionadas às condições trabalho e valorização profissional, às questões pessoais, falta de segurança pública e os diferentes tipos de violências.

“As doenças físicas – varizes, calos nas cordas vocais, rouquidão, coluna, alergias a pó de giz – são de mais fácil constatação, porém, precisamos focar nas doenças silenciosas, que minam a capacidade física e mental.”

(Roberto Franklin de Leão)

Roberto Leão - As doenças físicas – varizes, calos nas cordas vocais, rouquidão, coluna, alergias a pó de giz – são de mais fácil constatação, porém, precisamos focar mais nas doenças silenciosas, que minam a capacidade física e mental dos/as educadores/as. O *burnout*, reconhecido em vários países e em diversos ramos de atividade profissional – sobretudo naqueles que exigem intenso envolvimento emocional e mental com o trabalho e com suas relações sociais – , talvez seja a mais ameaçadora e devastadora doença profissional de nossa época. Ele está intimamente ligado à depressão, mas suas causas são específicas do fazer laboral. E é preciso que a escola, na condição de ambiente de trabalho dos profissionais da educação, tenha uma nova dinâmica de relações interpessoais, de tempo, espaço e projeto pedagógico, para que a doença seja atacada em sua raiz.

Que condições objetivas poderiam contribuir para melhorar a organização e a gestão dos processos de trabalho, diante do desgaste decorrente da jornada, da natureza da atividade e da intensificação do trabalho do profissional docente?

Neyde Aparecida - As Diretrizes Nacionais em Educação em Direitos Humanos apontam para a necessidade de investirmos em ambientes de trabalho saudáveis, que contemplem a convivência harmoniosa, a mediação de conflitos e resolutividade pacífica, capazes de conciliar as necessidades dos educandos, dos profissionais da educação e da família. Neste sentido, há que valorizar e reconhecer o trabalho realizado pelos profissionais da educação de todo o País, por meio das estratégias e atitudes proativas e criativas desenvolvidas nos ambientes educacionais.

Roberto Leão - A escola é um espaço social complexo, que exige políticas sistêmicas para garantir a aprendizagem com igualdade e a receptividade harmoniosa. Os profissionais não podem concorrer com a mídia de forma tão desigual, pois precisam de formação continuada e acesso a novas tecnologias que seduzam a juventude

para o saber, para a reflexão e o convívio. A CNTE tem lutado pela aplicação da jornada de trabalho prevista na Lei 11.738, que destina no mínimo 1/3 das atividades do/a professor/a para a elaboração de conteúdos, correção de provas e trabalhos, reuniões pedagógicas e com a comunidade escolar e para a formação continuada. O/A professor/a e os demais trabalhadores da educação precisam de tempo para pensar, formular, refletir e aplicar suas teorias e métodos. Trata-se de um trabalho não mecânico e de intensa relação emocional com os discentes. Enquanto os gestores públicos não tiverem a dimensão desse trabalho, dificilmente conseguiremos avançar por melhores condições. Talvez o maior desafio seja conscientizar os gestores da educação!

Dalila Andrade - É necessário garantir condições de trabalho mais adequadas às exigências apresentadas aos profissionais, o que certamente significa estabelecer uma carreira em que o ingresso de todos seja por meio do concurso público, em que seja assegurada a estabilidade no emprego, com a expectativa de promoção na carreira. Condições de formação inicial e contínua, que estabeleça nexos com a profissão, remuneração compatível a um padrão de vida digno e dedicação exclusiva a um estabelecimento são aspectos fundamentais para que esses profissionais possam desenvolver maiores vínculos institucionais, profissionais e pessoais, no trabalho. Estou certa de que são condições que, ainda que previstas em lei, estão longe de ser realidade na maioria das redes públicas de educação básica do País.

Quais os principais desafios (político-pedagógicos e sindicais) para melhorar as condições de trabalho, promover a saúde e a segurança dos profissionais da educação?

Roberto Leão - A implantação imediata e integral do piso do magistério e o SNE, responsável pela equidade e padrão de qualidade. A qualidade social da educação deve ser o norte. As escolas devem primar pela democracia na gestão, na construção do currículo e na formulação dos métodos de avaliação. Os profissionais e demais atores devem ser protagonistas de todo o processo de organização da escola. Os sistemas de ensino democratizando as instâncias de decisão, incorporando os encaminhamentos dos fóruns de educação e dando voz à representação dos trabalhadores. Estas medidas podem mudar o paradigma da educação brasileira e a valorização dos profissionais.

Dalila Andrade - É a garantia das condições já descritas, não só no plano legal, mas efetivamente, o que significa a luta política permanente. No meu entendimento, dada a diversidade de condições que temos no Brasil, no que se refere à condição docente, não basta lutar por mais direitos, é necessário garantir o tratamento isonômico a todos. É por esta razão que considero urgente a instauração de processos de negociação nacional envolvendo as representações dos envolvidos.

“Há que valorizar e reconhecer o trabalho realizado pelos profissionais da educação de todo o País, por meio das estratégias e atitudes proativas e criativas desenvolvidas nos ambientes educacionais.”

(Neyde Aparecida)

“Não basta lutar por mais direitos, é necessário garantir o tratamento isonômico. Considero urgente a instauração de processos de negociação nacional envolvendo as representações dos envolvidos.”

(Dalila Andrade)

Neyde Aparecida - O principal desafio é articular e integrar as políticas públicas já existentes de forma intersetorial, pois a promoção da qualidade social da educação é uma responsabilidade compartilhada. Além disso, devem-se considerar os conflitos intergeracionais, como, por exemplo, as questões relativas à utilização e apropriação de novas tecnologias; o uso e abuso das drogas lícitas e ilícitas; situações de diferentes tipos de violências, envolvendo educandos e profissionais da educação, entre outros, que comprometem as condições de trabalho, saúde e segurança dos trabalhadores da educação básica.

Notas

- 1 Graduado em Pedagogia com especialização em Gestão Escolar. É presidente da CNTE (2011/2014), membro da Direção Nacional da CUT, membro do Conselho de Presidentes da IEAL e conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). São Paulo/SP - Brasil. *E-mail:* <cnte@cnte.org.br>
- 2 Doutora em Educação. Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora geral da Rede Latino-americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (RedEstrado). É presidente da ANPEd (2011/2013). Belo Horizonte/BH - Brasil. *E-mail:* <dalilaufmg@yahoo.com.br>
- 3 Graduada em Pedagogia com especialização em Orientação Educacional. Atualmente é Secretária Municipal de Educação de Goiânia e presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) Seccional Goiás e Centro-Oeste. Ex-secretária de Relações Internacionais da CNTE. Goiânia/GO - Brasil. *E-mail:* <neydept13@gmail.com>